

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA AEP - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL, JOSÉ ANTÓNIO BARROS, NA CONFERÊNCIA «O QUE FAZER POR PORTUGAL? MEDIDAS PARA ULTRAPASSAR A CRISE», SOB O TEMA «AS PESSOAS E AS EMPRESAS - COMO FACTOR DE SUCESSO», NO SEMINÁRIO DE VILAR, NO PORTO, NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2010.

1. A resposta à questão “como ultrapassar a crise”, sendo complexa, passa por um pressuposto óbvio (mas muitas vezes esquecido): só sairemos da crise produzindo mais e melhor, ou seja, produzindo com eficiência, para podermos vender com eficácia. Por outras palavras, é necessário produzir de forma competitiva.

Temos estado, ultimamente, concentrados na vertente financeira da crise. De facto, é esta a vertente que, no curto prazo, mais nos preocupa e que ditou a necessidade de, em sede de política orçamental, recorrer a medidas drásticas de austeridade. Não tenho dúvidas de que, sem elas, as consequências sobre a economia de uma crise financeira seriam muito mais recessivas do que as que advirão da forte restrição orçamental a que somos agora constrangidos.

Assim, a primeira medida será, sem dúvida, aprovar o Orçamento do Estado para 2011 o mais rapidamente possível. Teremos necessidade de ir buscar, lá fora, durante o próximo ano, 100 a 120 mil milhões de euros, só para refinarciar a actual dívida portuguesa.

E todas estas indefinições fazem de novo subir os juros, o serviço desta dívida, para valores incomportáveis para a economia nacional, que serão inevitavelmente suportados pelas nossas empresas, ou no custo dos seus financiamentos, ou no peso de novos impostos.

Recentemente afirmei que este somatório de dificuldades, e as implicações que a sua não imediata solução poderá ter para o nosso País, podem mesmo levar a uma crise de soberania nacional.

No entanto, antes de ser financeira, a crise tem uma natureza económica.

E a crise da economia global, que todos culpam para justificar o nosso fraco desempenho, apenas veio explicitar e agudizar a crise estrutural da economia portuguesa.

Anos de crescimento impulsionado pela procura interna, sem que a oferta de bens transaccionáveis lhe tivesse podido responder com um aumento da sua capacidade, anos de investimento direccionado para sectores produtores de serviços e bens não transaccionáveis, conduziram à acumulação de níveis de endividamento interno e externo, público e privado, insustentáveis.

Consumimos demais no passado. Vivemos acima das nossas possibilidades. É necessário agora ajustar a despesa ao rendimento proporcionado por aquilo que produzimos. É este o caminho para uma recuperação lenta, que durará pelo menos dez anos, e penosa, mas sustentada.

Recuperação que será menos lenta e menos penosa se formos capazes de produzir – e vender – mais e melhor.

2. Partindo deste pressuposto, é fácil entender a razão de ser do tema que nos foi proposto nesta sessão: “as pessoas e as empresas como factor de sucesso”, no contexto da questão de fundo que nos traz aqui: “como ultrapassar a crise”.

Se quem produz são as pessoas, organizadas no seio de instituições a quem chamamos empresas, então são as pessoas e as empresas que necessariamente constituem o factor de sucesso para ultrapassar a crise.

É, de facto, nas empresas que se produz, são as empresas que exportam, são as empresas que criam emprego. E é nas dificuldades das empresas e na incapacidade que muitas tiveram para sobreviver que encontramos a origem dos elevadíssimos níveis de desemprego a que chegámos.

Por isso, considero que as medidas anti-cíclicas que o Governo tomou, apoiando as necessidades de financiamento das empresas, através das linhas de crédito PME Investe, das ajudas excepcionais facultadas a sectores chave da nossa economia e dos apoios na área dos seguros de crédito, fizeram todo o sentido. Não tenho dúvidas que estas medidas permitiram manter centenas de milhar de postos de trabalho, e a AEP louva-se por ter participado activamente no seu desenho e no seu lançamento.

Por isso considero, também, que este esforço em prol das empresas tem de prosseguir, apesar da delicada situação das finanças públicas. É fundamental, é mesmo indispensável compatibilizar a consolidação orçamental com incentivos à competitividade das empresas, criando condições para uma recuperação económica baseada no aumento das exportações.

Tenho defendido que o aumento da tributação indirecta, que incide sobre todo o consumo, incluindo o que é importado, mas não sobre a produção que é exportada, pode ser tolerado, pode mesmo ser justificado pelo efeito que induz na redução das importações.

Pelo contrário, não podemos tolerar novos aumentos da tributação directa sobre as empresas, que inevitavelmente prejudicam a sua competitividade.

Por isso, também, tenho defendido que, mesmo na presente situação, é agora essencial apoiar o investimento em bens de equipamento, para melhorar e modernizar o parque produtivo nacional, permitindo o incrementando das exportações e o aumento do valor acrescentado dos produtos.

A dedução à matéria colectável dos lucros retidos nas empresas e reinvestidos neste tipo de activos seria um instrumento muito interessante na concretização desse apoio.

Importa também apoiar fiscal e financeiramente as empresas exportadoras, essenciais ao reequilíbrio da balança de transacções, através da contratualização, sector a sector ou empresa a empresa, em função de objectivos assumidos à partida e da verificação do seu cumprimento.

Ainda nesta linha, não tenho qualquer dúvida em aplaudir as medidas inscritas na proposta de Orçamento do Estado para 2011, que vêm eliminar a discriminação negativa que subsistia, por via fiscal, entre o recurso ao financiamento por parte dos sócios e o recurso ao crédito bancário, quer do ponto de vista da própria empresa, quer do ponto de vista dos sócios, para estes em relação a aplicações alternativas das respectivas poupanças.

Conseguirão as empresas vencer as dificuldades e os desafios com que se defrontam e constituírem-se em factor de sucesso? Conhecendo a tenacidade com que muitas empresas estão a responder à crise, a determinação em não abandonar mercados que, sob o efeito da crise, se tornaram mais difíceis e o entusiasmo com que estão a apostar em novos mercados, responder-vos-ia que acredito que muitas conseguirão. Não é por acaso que as nossas exportações para o mercado espanhol, ainda em recessão, aumentaram 13% no período de Janeiro a Agosto deste ano. Não é também por acaso que as nossas exportações para o México aumentaram 89%, no mesmo período, ou 73% para o Brasil, ou, ainda, 50% para a Turquia.

3. Mas, sendo as empresas feitas de pessoas, são as pessoas – empresários, gestores, quadros intermédios, todos os trabalhadores – o factor de sucesso duma empresa, dum sector, duma economia. Por isso, nunca é demais realçar a importância do investimento em capital humano. Na verdade, num mundo em que mercadorias, capital financeiro, equipamentos, tecnologia e informação têm uma mobilidade cada vez maior, tornando-se universalmente acessíveis e tendendo os respectivos preços a convergirem, o capital humano é hoje o principal activo de qualquer nação. É aquilo que pode fazer a diferença. E o nosso mais sério *handicap* é precisamente o do nosso atraso na qualificação dos recursos humanos.

Neste domínio, Portugal precisa de actuar simultaneamente, e em força, em duas frentes: a da qualificação inicial e, porque não podemos esperar pelas novas gerações, a da formação dos activos.

E quando falo de activos, incluo aqui também os próprios empresários. Tenho a este respeito defendido insistentemente a necessidade de formação e reciclagem dirigidas a empresários, nomeadamente os empresários de PME. Formação que exige uma formatação muito específica, adequada aos destinatários a quem se dirige, longe portanto do tradicional modelo puramente curricular.

As empresas têm certamente necessidade de gestores profissionais, para quem existe já formação específica; não é a este tipo de formação a que me refiro, mas à que contribuirá para que os empresários cumpram de forma mais adequada a sua missão, quer na formulação das suas estratégias, quer facilitando o seu diálogo com os profissionais, com formação específica, que actuam no seio das suas empresas.

A tarefa mais difícil será, desde logo, a de convencer os nossos empresários das suas carências, nesta área, e da imperiosa necessidade de se actualizarem.

A educação e a formação profissional devem ser reconhecidas e assumidas pela sociedade portuguesa, a todos os níveis, como factores críticos de competitividade, a qual será crescentemente baseada no conhecimento.

Só este poderá gerar o aumento da componente e da despesa em investigação e desenvolvimento nas empresas, permitindo conceber produtos mais sofisticados, com mais valor acrescentado, mais design, maior utilidade e, portanto, maior reconhecimento pelo mercado, cada vez mais exigente.

A primeira condição para ultrapassar o défice que Portugal apresenta, em termos de qualificações, é precisamente conseguir que a aquisição de conhecimentos e competências seja reconhecida e valorizada pelas famílias e pelas empresas portuguesas.

4. Concluiria, sintetizando, que, se as empresas portuguesas não produzirem mais e melhor, na melhor das hipóteses, continuaremos a empobrecer em termos relativos. Não pode ser esse o nosso destino. Mesmo que, a curto prazo, tenhamos de suportar sacrifícios, mesmo que tenhamos de aceitar, ou melhor, mesmo que sejamos capazes de assumir, colectivamente, um recuo temporário nos nossos padrões de consumo, é fundamental criar as condições para que as empresas possam, de facto, tornar-se factor de sucesso da nossa economia.

Empresas alicerçadas em pessoas cada vez mais qualificadas, elas próprias factores de sucesso das empresas que criam, que gerem ou onde trabalham.

A crise, económica, financeira, social, política, que todos reconhecemos é e foi, antes de mais, uma crise de valores.

A sua génese encontra-se, em boa parte, no facto de deficientes formas de relacionamento entre accionistas e gestores de grandes empresas, financeiras e imobiliárias, que geraram comportamentos perversos, ditados pela submissão do que deveriam ser os objectivos de longo prazo da empresa a objectivos individuais, de curto prazo, desses mesmos gestores.

Por isso termino com uma palavra de confiança no futuro, de confiança no restabelecimento dos valores da ética, do civismo e da cidadania, apelando à rápida consciencialização de todos, governo, políticos, empresas e cidadãos para este objectivo nacional. Só todos, juntos, gastando menos, poupando mais, produzindo mais e melhor, poderemos resolver a crise!